



Acesse nosso site!

PESQUISA

Wellington lidera disputa ao governo de Mato Grosso



O senador Wellington Fagundes (PL) lidera os cenários em uma eventual disputa ao governo de Mato Grosso em 2026, segundo pesquisa do instituto Real Time Big Data divulgada nesta sexta-feira (28). *Pág 08*

TCE

Levantamento revela 4.674 novos casos de hanseníase em Mato Grosso e impõe reação do Poder Público



Página 06

CONSIM

Com apoio da AMM, Mato Grosso se torna pioneiro na implantação do Consórcio de Inspeção Municipal



Página 06

EM CUIABÁ

Lei que combate adultização precoce de crianças e adolescentes é aprovada



Página 07

FISCALIZAÇÃO

Vereador cobra providências sobre obras paralisadas nos bairros Serra Dourada e 8 de Abril



Página 07

PROPOSTA

Vereador Tenente-coronel Dias propõe comissão especial para revisar impactos da nova lei do ICMS



Página 07

Artigos

Congresso finalmente enfrenta crime organizado

A aprovação do PL Antifacção pela Câmara dos Deputados não é apenas mais um capítulo no debate sobre segurança pública. É, sem exagero, um marco histórico na luta do país contra o crime organizado, uma luta que os brasileiros travam diariamente, muitas vezes sem a proteção adequada do Estado.

O placar expressivo, 370 votos a favor, revela algo importante: há uma maioria no Parlamento que não aceita mais o crescimento das facções, a intimidação de comunidades inteiras, o avanço das milícias e o enfraquecimento das instituições responsáveis pela proteção da sociedade. Essa vitória é da população que trabalha, que respeita a lei, que não suporta mais ser refém de organizações que dominam territórios, exploram vulneráveis e desafiam a autoridade pública.

Como Coronel da Polícia Militar de Mato Grosso e como deputada, acompanho essa realidade de perto. E afirmo sem hesitação: o projeto original enviado pelo governo federal não respondia à gravidade do problema. Era um texto tímido, descolado da realidade das ruas, desconectado do que policiais, promotores e juízes enfrentam todos os dias.

Por isso, o substitutivo aprovado pela Câmara representa, sim, uma mudança de patamar. Ele endurece penas, restringe benefícios, impede progressão facilitada de regime e reconhece que o crime organizado atua com lógica de poder territorial, uma lógica que demanda respostas proporcionais. O PL cria o conceito de domínio social estruturado, que fecha brechas legais utilizadas por facções e milícias para escapar de punições mais severas.

Além disso, a previsão de apreensão imediata de bens usados ou obtidos pela prática criminosa representa um avanço inegável. Enquanto o crime continuar lucrando, continuará crescendo. Golpear o patrimônio das facções é atacar seu coração financeiro.

Há quem critique o texto aprovado, alegando exageros ou riscos à atuação da Polícia Federal. Mas isso não encontra respaldo na versão final votada pelo plenário. Pelo contrário: garantimos segurança jurídica à PF, preservamos suas atribuições e fortalecemos sua capacidade investigativa. O combate ao crime não se faz enfraquecendo instituições, faz-se fortalecendo-as.

O que vimos durante a votação foi uma tentativa clara do governo de adiar, descharacterizar e esvaziar o projeto. Requerimentos foram apresentados para protelar a análise; discursos inflamados tentaram deslegitimar o trabalho do relator, deputado Guilherme Derrite. Mas o plenário enviou um recado claro: o país não aceita vacilos nesse tema. A sociedade exige firmeza.

E foi com esse espírito que votei a favor do PL Antifacção. Porque sei, não por teoria, mas por experiência, o que significa enfrentar facções que controlam bairros, in-



timidam famílias e desafiam o Estado. Sei o valor de cada policial que arrisca a vida para proteger a população. E sei que segurança pública não pode ser tratada como pauta ideológica. É pauta de sobrevivência.

A aprovação desse projeto não resolve todos os problemas, é verdade. Mas é um passo enorme. Um avanço real. Um recado claro: o Brasil não será governado pelo crime.

Aos brasileiros de bem, que trabalham, estudam, criam seus filhos em meio ao medo, deixo uma mensagem: se guemos firmes. Não recuaremos um milímetro.

O crime avança quando o Estado se acovarda. E este Parlamento mostrou que não se acovarda. Este é o caminho. E é assim que continuarei trabalhando: com coragem, com verdade e com compromisso absoluto com a segurança de Mato Grosso e do Brasil.

Coronel Fernanda é deputada federal por Mato Grosso.

Vocês estão preparados?



A convite da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso, do Conselho Regional de Contabilidade, do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços Contábeis e de outras entidades representativas, tive a oportunidade de proferir uma série de palestras sobre os efeitos decorrentes da Reforma Tributária já em vigor.

Pois bem, no início da minha apresentação sempre faço a indagação se os participantes estão preparados para tantas mudanças.

Não por isso, saliento que será necessário que tanto o empresário esteja preparado, como também o profissional de contabilidade.

Digo isso porque, mais do que nunca, será necessário que todo e qualquer empreendimento faça a partir de agora, um minucioso planejamento tributário.

Tal estratégia é importante para que seja definida a partir da implementação do novo sistema tributário a definição da especificação dos produtos vendidos e serviços prestados, bem como da respectiva margem de lucro.

E quando menciono os empreendimentos também estou falando das micro e pequenas empresas.

De acordo com o levantamento amplamente divulgado, quase a totalidade dos empreendimentos sediados no Estado de Mato Grosso, seja de categoria comercial ou industrial, é formada por empresas de pequeno porte.

A Reforma Tributária re-

cém aprovada pelo Congresso Nacional traz mudanças importantes para micro e pequenas empresas, oferecendo opções de tributação “por dentro” ou “por fora”.

Desse modo, ao optar pela tributação “por dentro”, a empresa manterá o recolhimento unificado dos tributos conforme sistemática do Simples Nacional hoje vigente, garantido assim, simplicidade e previsibilidade na apuração dos tributos.

Por outro lado, ao optar pela tributação “por fora”, a empresa recolherá os novos tributos previstos na reforma tributária fora do regime do Simples Nacional, adotando a sistemática das empresas não optantes, podendo assim, se creditar dos tributos pagos nas etapas anteriores da cadeia produtiva.

Desta maneira, a decisão entre tributar “por dentro” ou “por fora” exige uma análise criteriosa de diversos fatores, tais como o perfil dos clientes, a cadeia de fornecimento e, por fim, a margem de lucro decorrente dos custos das operações.

Este é apenas um dos inúmeros exemplos de planejamento tributário que o empreendedor precisa ficar atendo para tomar a melhor decisão.

Enfim, vocês estão preparados?

Vitor Humberto Maizman é advogado e consultor jurídico tributário.

Respeito não tem cor, racismo não tem graça!

Neste 20 de novembro, celebramos o Dia da Consciência Negra, data que nos convoca a refletir sobre a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária. Em Mato Grosso, essa luta ganhou força institucional há mais de duas décadas, quando instituímos o feriado estadual através da Lei 7.879/2002, atendendo ao clamor do Grupo de União e Consciência Negra (Grucon), que desde 1983 batalha pela valoriza-

ção da população negra.

Mais recentemente, demos passos importantes ao instituir o Dia Estadual de Tereza de Benguela e da Mulher Negra através da Lei 11.577/2021, homenageando a rainha quilombola que, no século XVIII, liderou a resistência negra e indígena no Quilombo do Quariterê, aqui em nosso Estado. Também declaramos de utilidade pública o próprio Grucon, por meio da Lei 12.121/2023, reconhecendo quatro décadas de luta incansável pela igualdade racial.

Em 2025, avançamos ainda mais com a criação do Fundo Estadual da Promoção da Igualdade Racial, através da Lei 12.856, que promulguei como presidente da Assembleia Legislativa. Este fundo representa um compromisso concreto do Estado com o financiamento de programas e ações voltados à igualdade racial, assegurando direitos sociais às populações negra, indígena e outras etnias vulneráveis, promovendo sua autonomia e participação efetiva na sociedade.

Mas a verdadeira consciência negra não se constrói apenas com leis ou feriados. Ela exige transformação profunda em nossos valores e práticas cotidianas, especialmente na educação de nossas crianças. É fundamental que desde cedo ensinemos aos nossos filhos que a cor da pele jamais determina o caráter de uma pessoa, que piadas racistas não têm graça alguma e representam uma violência inaceitável.

Precisamos lembrar às novas gerações do sofrimento atroz da escravidão, mancha vergonhosa em nossa história. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, e mesmo após 136 anos da Lei Áurea, carregamos as cicatrizes dessa barbárie na desigualdade, na violência e no preconceito que ainda vitimam a população negra diariamente.

Ensinar respeito às diferenças não é apenas combater o racismo, mas construir uma cultura de paz e dignidade. Quando uma criança aprende que todos merecem as mesmas oportunidades, independentemente da cor da pele, estamos plantando sementes de uma sociedade mais humana.

O legado de Zumbi dos Palmares, de Tereza de Benguela e de tantos heróis negros nos ensina que a liberdade se conquista com luta e resistência. Hoje, nossa luta é pela inclusão plena, pelo fim do racismo estrutural e pela garantia de direitos iguais a todos os brasileiros.

Que o Dia da Consciência Negra não seja apenas uma data no calendário, mas um compromisso diário com a justiça, o respeito e a dignidade humana. Respeito não tem cor, racismo não tem graça!

Max Russi é deputado estadual, atual presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.



**ExtraMT
NEWS**

Av. São Sebastião, nº 4210, Bairro Santa Helena
Cuiabá-MT - CEP: 78.045-000 - Fone: (65) 9.9812-0300 - (65) 99972-1477

Jornal Extra MT News
Razão Social: JB & Partners Assessoria e Comunicação LTDA.
CNPJ n.: 86.977.972/0001-56 - E-mail: extramtnews@gmail.com
Site www.extramtnews.com.br

Fundadores:

Pedro Barros (In Memoriam)
Jean Barros

Repórter:

Nathália Monteiro

Assessoria Jurídica:

Lauren Barros

Social Media:

Eliana Costa

Assessoria Contábil:

André Castilho
Everaldo Negrão

Distribuição:

Rodrigo Oliveira
Maria Vitória

Colunista:

Evelyne Corrêa

AVANÇOS APRESENTADOS

Ministério Público e Secretaria Municipal de Saúde realizam reunião para reforçar ações do TAC

Alessandra Marques

A Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá participou, na manhã desta quinta-feira (27), de uma reunião com o Ministério Público de Mato Grosso para discutir o andamento e os próximos passos do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Saúde. O encontro foi conduzido pela secretaria municipal de Saúde, Danielle Carmona, e pelo promotor de Justiça Milton Mattos da Silveira Neto, com a presença dos secretários-adjuntos da SMS, do diretor-geral da Empresa Cuiabana de Saúde Pública (ECSP), Israel Paniago, além do coordenador da Equipe de Apoio e Monitoramento (EAM), Hugo Fellipe Martins de Lima.

O objetivo da reunião foi alinhar prioridades, revisar pontos de atenção e reforçar estratégias para garantir a execução plena do TAC, que vem apresentando evolução significativa ao longo dos últimos meses.

A secretária Danielle Carmona destacou que o encontro serviu para reafirmar o compromisso da gestão com a reorganização da rede municipal de saúde.

"Esses números mostram que estamos no caminho certo. É um trabalho técnico, dia após dia, e que exige acompanhamento constante. Nosso compromisso é manter esse ritmo e garantir que essas melhorias saiam do papel e cheguem à ponta, no atendimento ao cidadão", afirmou.

Durante o encontro, a EAM apresentou o relatório relativo a setembro de 2025, destacando que o mês marcou o melhor desempenho já registrado desde o início do monitoramento do TAC. Pela primeira vez, tanto a Secretaria Municipal de Saúde quanto a ECSP superaram a marca de 50% de conformidade.

A SMS atingiu 54,91%, resultado impulsionado por melhorias como:

- Regularização mais consistente do abastecimento de medicamentos e insulinas;
- Reorganização das equipes de Atenção Primária, reduzindo para apenas três

as equipes sem composição mínima;

- Ampliação de recursos para a Atenção Primária com a habilitação de novas equipes no Componente de Qualidade.

Apesar dos avanços, a equipe técnica reforçou a necessidade de consolidar um planejamento anual de compras mais integrado e permanente, para evitar oscilações e garantir maior previsibilidade às unidades.

O promotor Milton Mattos avaliou positivamente os avanços, mas reforçou que o TAC exige continuidade.

"O que se vê agora é uma mudança consistente, que precisa ser mantida. O TAC não é apenas um documento; ele representa uma garantia para a população. Esse avanço é importante, mas o desafio é seguir executando as ações até a conclusão integral das metas", destacou.

Na Empresa Cuiabana de Saúde Pública, o desempenho também foi expressivo. A ECSP alcançou 53,80% de cumprimento, com crescimento acima de 22 pontos percentuais no trimestre. Entre os fatores que contribuíram para o avanço estão:

- Estruturação do planejamento de contratações hospitalares;
- Fortalecimento da integração com a SMS e com a própria EAM;
- Cumprimento de metas de capacitação e de processos internos;
- Índice de governança de 76,92%, com 10 das 13 cláusulas do eixo atendidas.

Esse resultado elevaram o índice geral de governança do TAC para 57,90%, o melhor da série histórica.

A EAM considerou setembro um mês decisivo na reestruturação dos fluxos e processos internos da rede municipal, ressaltando que a consolidação dessas mudanças dependerá da continuidade das ações e da adoção de procedimentos permanentes.

A reunião encerrou com definições de encaminhamentos técnicos e ajustes operacionais que serão adotados pelas equipes da SMS e da ECSP ao longo das próximas semanas.



FISCALIZAÇÃO

Procon-VG monitora preços para evitar 'falsas promoções' na Black Friday



JOSÉ WALLISON

O Procon-VG esteve intensificando nesta semana seu monitoramento junto às lojas do comércio local para acompanhar preços dos produtos com o objetivo de coibir publicidade enganosa sobre promoções durante a Black Friday, que tem como data comemorativa a última sexta-feira de novembro, dia 28.

Conforme a coordenadora do Procon-VG, Carolina Moreira, a ação visa impedir/coibir que o consumidor seja lesado. "A fiscalização esteve por dias monitorando os pre-

ços dos produtos antes e durante a semana da Black Friday, garantindo, assim, o direito do consumidor. Também estamos atentos à forma como estes preços estão sendo expostos para que as informações sejam repassadas de forma clara e precisa aos consumidores", afirmou Moreira.

O Procon destaca que o CDC assegura o direito às informações claras, completas e adequadas sobre produtos e serviços. "Vamos intensificar nessa sexta-feira nosso trabalho, pois, queremos que os consumidores possam aproveitar esse momento de maneira justa e com

segurança", destaca a coordenadora.

A coordenadora faz questão de agradecer ao empenho e dedicação de seus fiscais, Pedro Rosa e Roberto da Costa Moreira, que estiveram nas ruas nos últimos dias afim de assegurar o direito aos preços e condições mais vantajosas desse período.

ATENDIMENTO PROCON VÁRZEA GRANDE - De forma presencial no Paço Municipal, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h. Por telefone: (65) 3688-8056 ou por meio virtual: <https://procon.varzeagrande.mt.gov.br>

OPERAÇÃO DÍVIDA INFLAMÁVEL

Cira notifica empresas de combustíveis por dívidas tributárias que somam R\$ 94 milhões

Assessoria | Polícia Civil-MT

O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos de Mato Grosso (Cira-MT) deflagrou, nesta sexta-feira (28.11), a Operação Dívida Inflamável, que notificou 17 empresas do segmento de combustíveis identificadas como grandes devedores reincidentes. As companhias são investigadas por práticas reiteradas de inadimplência tributária e indícios de crimes fiscais, totalizando dívidas no valor de R\$ 94 milhões.

A ação foi conduzida pela Polícia Civil, por meio da Delegacia Especializada de Crimes Fazendários (Defaz), em parceria com a 14ª Promotoria de Justiça da Ordem Tributária, a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-MT) e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE-MT).

Durante a operação, equipes entregaram notificações formais aos investigados, que já possuem certidões de dívida ativa registradas na PGE. Os documentos reforçam a materialidade preliminar de possíveis crimes contra a ordem tributária. Os notificados também foram classificados pela Sefaz como "devedores reincidentes".

Além da notificação, os intimados receberam orientações sobre alternativas para evitar indiciamento e processo criminal. A regularização voluntária junto à Sefaz pode resultar na suspensão ou extinção da punibilidade, conforme previsto



na legislação penal e tributária.

Segundo o Cira, a iniciativa busca estimular a conformidade fiscal, recuperar valores devidos ao Estado e conscientizar sobre a importância do cumprimento das obrigações tributárias, especialmente em um setor estratégico como o de combustíveis.

O delegado Walter de Melo Fonseca Júnior, titular da Delegacia Fazendária, destacou que a operação reforça a atuação integrada do Estado.

"Com a Operação Dívida Inflamável, o Cira-MT demonstra que a resposta é firme, técnica e orientada para resultados. Ao mesmo tempo, oferecemos aos investigados uma via composta para regularizar suas pendências antes do indiciamento", afirmou.

Para o promotor Washington Eduardo Borrére, a inadimplência reincidente no setor de combustíveis é mais que um problema fiscal.

"É uma ameaça à jus-

tica social e à sustentabilidade das políticas públicas.

Quando alguns insistem em descumprir a lei, prejudicam toda a sociedade e distorcem a concorrência. Por isso, estamos oferecendo uma oportunidade clara de regularização antes do indiciamento, mas deixamos evidente que a resposta do Estado será firme contra práticas que corroem a ordem tributária", ressaltou.

O Cira-MT é composto pelo Ministério Públíco Estadual (MPMT), Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Controladoria-Geral do Estado (CGE), Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP/PJC-Defaz) e Secretaria de Fazenda (Sefaz). As instituições atuam de forma coordenada e permanente no combate à sonegação fiscal em Mato Grosso.

A Operação Dívida Inflamável representa mais um avanço no enfrentamento aos crimes fiscais no Estado, reforçando a união entre Polícia Civil, MPMT, Sefaz e PGE na defesa da ordem tributária.



NA SUA VID ALMT

LEI N° 12.013/2023

Auxílio Moradia para mulheres
vítimas de violência doméstica

Você pode até não perceber, mas ALMT está presente na
leis em benefício da sociedade, garantindo direitos individuais
oferecendo ao poder executivo as condições necessárias
de toda a população. Presente no incentivo à saúde, educação,
empreendedorismo e muito mais.

**Onde têm leis e ações para melhorar a vida
população mato-grossense, tem ALMT pre**



Canal 30.1 |



89,5 fm |



al.mt.gov.br |



FaceALMT |



assembleiamt



ART&C

A TEM PRESENTE

na sua vida. Presente na criação e aprovação de
individuais e coletivos. Presente fiscalizando e
s para aprovar políticas públicas do interesse
educação, segurança, cultura, turismo,

da
sente.



ALMT
Assembleia Legislativa
Unindo vozes, fortalecendo cidades.

ALMT

Deputados estaduais destinam mais de R\$ 300 milhões em emendas à saúde em 2025

RENATA NEVES

No ano de 2025, os deputados estaduais de Mato Grosso destinaram R\$ 319,8 milhões em emendas parlamentares à área da saúde, com o objetivo de ampliar a capacidade e a qualidade dos serviços oferecidos à população. O montante corresponde a 51,5% do valor das emendas dos 24 deputados, que totalizam R\$ 618,9 milhões, e representa um crescimento de 5% em relação ao valor alocado em 2024.

Do total direcionado ao setor neste ano, R\$ 151,3 milhões já foram pagos pelo governo, restando R\$ 141,8 milhões a serem repassados. Dos quase R\$ 320 milhões destinados à área, R\$ 145 milhões foram para custeio, R\$ 20,7 milhões para compra de ambulâncias e R\$ 8,2 milhões para aquisição de veículos para transporte de pacientes.

A verba alocada para custeio é aplicada em despesas essenciais para manutenção e funcionamento dos serviços. Com isso, os municípios podem adquirir insumos e materiais, como medicamentos e itens de proteção, e também promover a manutenção de equipamentos e veículos, além de pequenas reformas e adequações necessárias ao atendimento, desde que não caracterizem obras estruturais.

“A saúde é a nossa prioridade. Os recursos destinados pelos deputados representam um esforço coletivo para melhorar os serviços prestados à população mato-grossense. Esses investimentos garantem atendimento mais rápido, reduzem a espera



por cirurgias e permitem que os cidadãos sejam atendidos com dignidade em todo o estado”, ressaltou o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi (PSB).

Além de reforçar o compromisso dos parlamentares com a melhoria dos serviços de saúde ofertados à população mato-grossense, o repasse de mais da metade dos recursos à área também atende à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que regulamentou a aplicação das emendas de execução

obrigatória, equivalentes a 2% da Receita Corrente Líquida (RCL) do exercício anterior. Em liminar proferida em dezembro de 2023, o ministro Dias Toffoli definiu que, desse total, ao menos 1% deve ser reservado ao setor.

Em 2024, os deputados destinaram R\$ 304,9 milhões à saúde, sendo R\$ 174,2 milhões para custeio, R\$ 10,7 milhões para aquisição de ambulâncias e R\$ 5 milhões para compra de veículos utilizados para transporte de pacientes.

Os recursos são suficientes para aquisição de cerca de 45 ambulâncias e veículos em todo o estado. O município de Tabaporã, a aproximadamente 630 quilômetros de Cuiabá, por exemplo, já recebeu três ambulâncias. Cotriguaçu, Gaúcha do Norte, Itaúba, Pontal do Arauá, Querência, Ribeirãozinho e outros 23 municípios também foram beneficiados com novas unidades para transporte de pacientes.

Além disso, do total destinado à saúde no ano passado, R\$ 67,4

milhões foram para o Programa Fila Zero na Cirurgia, que tem o objetivo de acabar com a fila de espera para cirurgias eletivas na rede pública de saúde do estado.

Orçamento 2026 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2026 está tramitando na Assembleia Legislativa e o prazo para apresentação de emendas ao texto teve início nesta semana e segue até 11 de dezembro. É nessa fase que os deputados definem quais áreas serão contempladas com os recursos que podem indicar no orçamento.

TCE

Levantamento revela 4.674 novos casos de hanseníase em MT e impõe reação do Poder Público



Levantamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) aponta que o estado registrou 4.674 novos casos de hanseníase em 2024, número superior ao do ano anterior e que mantém Mato Grosso na primeira posição em taxa de detecção da doença em todo Brasil. Diante do cenário, o Tribunal determinou, na sessão ordinária desta terça-feira (25), que o Governo do Estado e os municípios elaborem, em até 30 dias, um plano de ação com orçamento definido, metas, prazos, responsáveis e mecanismos de monitoramento para fortalecer as políticas de combate à doença. O documento também deverá prever articulação interinstitucional e ter execução em até 180 dias.

Conforme o conselheiro-relator, Guilherme Antonio Maluf, o panorama atualizado da hanseníase em Mato Grosso evidencia, de forma inequívoca, que a doença permanece como um relevante e persistente problema de saúde pública no estado, demandando respostas integradas e contínuas. De acordo com o raio-x realizado pelo TCE, a maioria das notificações estão registradas em Cuiabá, Juína, Várzea Grande, Colniza, Castanheira, Sinop, Confresa, Pontes e Lacerda, Lucas do Rio Verde e Sorriso.

O conselheiro, que preside a Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social do TCE-MT, também chamou a atenção para o perfil epidemiológico da doença. Segundo ele, a hanseníase está distribuída por todas as faixas etárias, com maior incidência entre adultos de 30 a 59 anos, além da persistência de

casos em menores de 15 anos, evidenciando transmissão ativa recente. “A distribuição dos casos também reflete desigualdades sociais, uma vez que a maior parte dos registros ocorre entre pessoas pardas e indivíduos com baixa escolaridade, especialmente aqueles com ensino fundamental incompleto.”

O levantamento apontou ainda o elevado percentual de casos diagnosticados já com grau 2 de incapacidade (14,6%), a cobertura insuficiente de exame de contatos (79%) e a queda na proporção de cura (69,5%). “O crescimento expressivo do grau 2, que passou de 4,3% em 2009 para 14,6% em 2024, indica falhas no diagnóstico precoce, barreiras de acesso aos serviços e desigualdade na qualidade do cuidado oferecido pelos municípios”, sustentou Maluf.

Para o relator, embora o Estado avance na realização de avaliações clínicas, ainda há obstáculos relevantes na detecção oportuna da doença e na prevenção de incapacidades, cenário que reforça a necessidade de atuação coordenada e contínua das redes de atenção. Nesse sentido, vale destacar que o TCE-MT, por determinação do conselheiro-presidente Sérgio Ricardo, estabeleceu os indicadores sobre a doença como ponto de controle na análise das contas anuais de governo dos municípios a partir deste ano.

As ações do Tribunal de Contas visam fortalecer as políticas públicas de prevenção, diagnóstico, tratamento e controle da hanseníase no estado em conformidade a Nota Recomendatória n.º 9/2024, emitida em dezembro de 2024, e que já obteve resultados.

CONSIM

Com apoio da AMM, Mato Grosso se torna pioneiro na implantação do Consórcio de Inspeção Municipal

Hernandes Cruz

Mato Grosso é o primeiro estado do país a implantar o Consórcio de Inspeção Municipal (Consim), iniciativa que orienta e apoia os municípios na estruturação dos serviços de inspeção de produtos de origem animal, criando condições para a comercialização em todo o território nacional. A implantação do Consim no estado é liderada pelo Ministério da Agricultura, em parceria com a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM).

O tema foi um dos destaques do Congresso Nacional dos Serviços de Inspeção Municipal (CONASIM), realizado de 12 a 15 de novembro, em Guarapari (ES). A AMM foi representada pela gerente de Apoio à Agricultura Familiar, Nathacha de Carvalho, que explicou que o Consim MT orientará os 142 municípios por meio dos Consórcios de Desenvolvimento Econômico.

Segundo ela, o trabalho já está em andamento no estado. “Nesta primeira etapa, cinco consórcios já participam do Consim/MT, reunindo 59 municípios. Em breve, lançaremos a segunda etapa, incluindo mais sete consórcios, para garantir 100% de cobertura e orientação em todo o estado”, afirmou.

A criação do Consim/MT atende uma das atribuições da Mesa Técnica do Tribunal de Contas que trata do fortalecimento da agricultura familiar nos municípios de Mato Grosso, formada por instituições como AMM, Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Assembleia



Legislativa, Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF) e Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA).

Trabalhos selecionados – A participação da AMM no CONASIM incluiu a apresentação de dois trabalhos técnicos que refletem as ações estratégicas da associação no fortalecimento das agroindústrias e dos Serviços de Inspeção Municipal (SIMs) no estado.

O primeiro, “Da produção ao mercado: ações da AMM para estruturação de agroindústrias em Mato Grosso”, aborda o apoio à organização das unidades produtivas e à inserção de seus produtos no mercado.

O segundo, “Segurança Alimentar e Desenvolvimento Territorial: a atuação da AMM no fortalecimento dos SIMs municipais”, destaca o papel da entidade na implementação e consolidação dos serviços municipais de inspeção, essenciais para garantir qualidade e segurança alimentar.

Apoio técnico – A AMM vem atuando fortemente na regularização e comercialização de produtos da agricultura familiar, auxiliando pequenos produtores a cumprir exigências legais e alcançar novos mercados. Entre as ações estão:

apoio à implantação e adequação dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), fundamentais para o registro de produtos de origem animal; orientação às Vigilâncias Sanitárias Municipais para o registro de produtos de origem vegetal; suporte à adesão a sistemas de inspeção como o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte (SUSAF) e o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI).

EM CUIABÁ

Lei que combate adultização precoce de crianças e adolescentes é aprovada

Antoniel Pontes

Com 18 votos favoráveis, a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou, na sessão desta quinta-feira (27.11), em segunda votação, o projeto que cria a Semana Municipal de Conscientização sobre os Perigos da Adultização de Crianças e Adolescentes. A proposta do vereador Rafael Ranalli (PL) institui, anualmente, na semana do dia 6 de agosto, um período oficial de ações educativas, debates e campanhas voltadas aos riscos da exposição precoce de meninos e meninas a comportamentos e responsabilidades típicos da vida adulta, com ênfase no impacto das redes sociais e da sexualização da infância.

“O projeto visa proteger a inocência das crianças. É um assunto que foi pauta nacional, que criança deve ser tratada como criança e ter comportamento de criança. Então, menina se veste como menina, não como mulher. Quero pedir para que todo pai, toda mãe não trate o seu menino como homem, trate como menino, e que não trate a sua menina como mulher, trate como menina. Tudo no seu tempo”, explicou Ranalli durante a votação.

Pelo texto aprovado, a Semana passa a integrar o calendário oficial do município e deverá mobilizar escolas, unidades de saúde, conselhos tutelares, organizações da sociedade civil, igrejas, associações de moradores e órgãos públicos em atividades de informação, prevenção e orientação a famílias e responsáveis. A ideia é transformar o tema em compromisso permanente de políticas públicas, e não apenas em respostas pontuais a casos de grande repercussão.

O projeto define “adultização” como o fenômeno em que crianças e adolescentes são empurrados para comportamentos, estéticas e experi-



ências próprios da vida adulta. Entre os exemplos citados estão a participação excessiva em compromissos incompatíveis com a faixa etária, o uso de roupas, maquiagens e acessórios que imponham padrões estéticos e sexuais maduros, além da exposição prolongada e inadequada a redes sociais, mídias e conteúdos destinados ao público adulto. O texto também aponta a erotização precoce, em ambientes físicos ou digitais, como uma das faces mais

graves do problema.

Na justificativa, Ranalli sustenta que esse processo acelera indevidamente etapas fundamentais do desenvolvimento emocional, social e cognitivo, criando pressões, expectativas e cobranças que não condizem com a idade das crianças e adolescentes. O vereador relaciona a adultização precoce a quadros de ansiedade, depressão, baixa autoestima, distorção de autoimagem e maior vulnerabilidade a situações

de assédio, exploração sexual e uso indevido da imagem de menores na internet.

Autor da lei e presidente da Comissão de Criança e Adolescente no Legislativo, Ranalli ancora a proposta no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal, que estabelecem a proteção integral e a prioridade absoluta de crianças e adolescentes. Segundo a justificativa, a Semana Municipal pretende funcionar como um marco

fixo no calendário de Cuiabá para reforçar esse compromisso, colocando luz sobre práticas cotidianas que muitas vezes passam despercebidas, mas contribuem para antecipar de forma forçada o universo adulto na vida de meninos e meninas.

A escolha da semana do dia 6 de agosto está ligada à repercussão de um vídeo publicado pelo influenciador Felca, que denunciou a exploração de menores na internet e reacendeu o debate sobre exposição infantil em redes sociais e plataformas digitais. A proposta busca aproveitar esse marco simbólico para dar visibilidade permanente ao tema, ampliando a discussão para além da exploração e do abuso sexual, e alcançando outras formas de violação de direitos infantojuvenis associadas à adultização precoce.

A lei, que segue para sanção do prefeito Abílio Brunini (PL), não cria novas penalidades nem cargos específicos, mas obriga o poder público municipal a organizar campanhas, palestras, oficinas e ações em espaços públicos durante a semana definida, em articulação com a rede de proteção da infância. Na prática, a efetividade da medida dependerá de como o Executivo vai regulamentar a política, definir qual secretaria ficará responsável pela coordenação das ações e garantir que o tema seja tratado com foco em direitos e proteção, e não apenas em discursos morais genéricos sobre comportamento.

A expectativa é que Cuiabá passe a contar com um espaço anual de mobilização social voltado à discussão crítica do papel das redes sociais, da mídia, da publicidade, da escola e da própria família na preservação da infância e da adolescência como fases essenciais e insubstituíveis na formação de crianças e adolescentes.

FISCALIZAÇÃO

Vereador cobra providências sobre obras paralisadas nos bairros Serra Dourada e 8 de Abril



Andressa Sales

O vereador Demilson Nogueira (PP) utilizou seu expediente, em sessão plenária na Câmara de Cuiabá, para relatar a situação preocupante sobre as obras de pavimentação asfálticas e drenagem no bairro Serra Dourada, onde uma empresa contratada pelo montante de R\$ 12 milhões já recebeu parte do valor — aproximadamente R\$ 2 milhões — mas não apresentou avanço significativo nos serviços. Segundo o parlamentar, a região enfrenta grande acúmulo de lama, dificultando inclusive, o trânsito de pedestres.

Demilson afirmou que encaminhou ao secretário municipal de Obras, Regional Teixeira, a solicitação de medidas imediatas, incluindo a possibilidade de

rescisão contratual caso a empresa não tenha condições de dar continuidade às obras.

“Se ela não tem condições de tocar a obra, que faça a rescisão e coloque alguém com capacidade de executar. Não podemos permitir que a população pague o preço da ineficiência”, afirmou.

O vereador também estendeu o alerta à situação no bairro 8 de Abril, que enfrenta cenário semelhante. De acordo com ele, empreiteiras têm assumido contratos sem estrutura para cumprir o planejamento, resultando em paralisações que prejudicam diretamente a comunidade. “O município precisa garantir que os recursos públicos sejam aplicados corretamente e que as obras avancem. A população não pode continuar sofrendo com atrasos e abandono”, concluiu.

PROPOSTA

Vereador propõe comissão especial para revisar impactos da nova lei do ICMS

Oziane Rodrigues

O vereador Tenente-coronel Dias (Cidadania) propôs a criação de uma comissão especial na Câmara Municipal de Cuiabá para analisar, de forma técnica e institucional, os impactos da Lei Complementar 746/2022, que alterou os critérios do Índice de Participação dos Municípios (IPM) na distribuição do ICMS em Mato Grosso.

A proposta será votada durante a sessão ordinária desta terça-feira (25). Dados oficiais da Prefeitura de Cuiabá apontam que a capital já acumula perdas na ordem de R\$ 381,6 milhões desde a implementação das novas regras.

A mudança legislativa reduziu de 75% para 65% o peso do Valor Adicionado Fiscal (VAF) — indicador que mede a capacidade produtiva e econômica de cada município — na composição do IPM. A alteração, prevista na LC 746/2022 e regulamentada pela Sefaz-MT, diminui a relevância da atividade econômica no cálculo, impactando com maior intensidade cidades de maior geração de riqueza, como Cuiabá.

Além da redução do VAF, a nova metodologia ampliou critérios sociais e ambientais. Para 2025, a composição do IPM foi reafirmada pela Sefaz e está dividida da seguinte forma: educação, 10%; coeficiente social, 11%; saúde, 4%; agricultura familiar, 2%; unidades de conservação e terras indígenas, 3%; tributos próprios, 2%; população, 3% (percentual reduzido, o que penaliza municípios populosos).

A redistribuição trouxe impacto direto e significativo na arrecadação de Cuiabá,



que passou a receber menos ICMS mesmo mantendo elevado desempenho econômico. A prefeitura defende ajustes, como elevar o VAF para 70% e restabelecer o critério população para pelo menos 5%, a fim de evitar desequilíbrios nas contas públicas.

De acordo com o vereador, a comissão especial servirá para consolidar dados, dialogar com a Assembleia Legislativa, Governo do Estado e órgãos de controle, além de formular alternativas técnicas para reduzir as perdas. “É indispensável que Cuiabá tenha voz ativa na revisão do IPM, já que as mudanças recentes impactam diretamente serviços essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Não podemos nos calar e assistir Cuiabá perder recursos tão importantes quanto esses”, enfatizou Dias.

Se aprovada sua formação, a comissão será instalada imediatamente para iniciar o levantamento de informações, a avaliação dos efeitos econômicos e a articulação institucional, buscando garantir que a distribuição do ICMS volte a refletir, de forma justa, a participação econômica de Cuiabá no desenvolvimento do Estado.

PESQUISA

Wellington lidera disputa ao governo de Mato Grosso

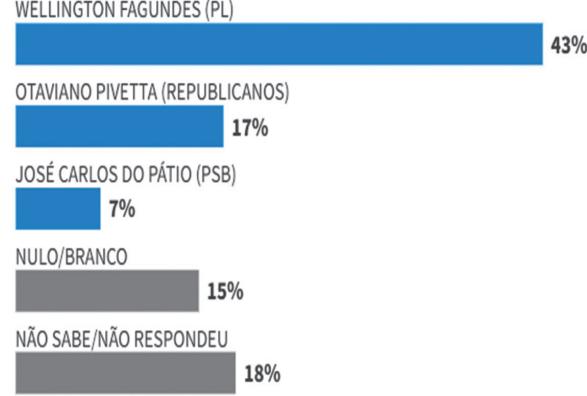
Rafael Villarreal

O senador Wellington Fagundes (PL) lidera os cenários em uma eventual disputa ao governo de Mato Grosso em 2026, segundo pesquisa do instituto Real Time Big Data divulgada nesta sexta-feira (28).

Ao todo, três cenários foram testados. Foram ouvidas 1.200 pessoas, entre os dias 26 e 27 de novembro. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos.

No primeiro deles, Fagundes chega a 43%, contra 17% do atual vice-governador e ex-prefeito de Lucas do Rio Verde, Otaviano Pivetta (Republicanos). Já o ex-prefeito de Rondonópolis José Carlos do Pálio (PSB) tem 7%.

GOVERNADOR - CENÁRIO 1



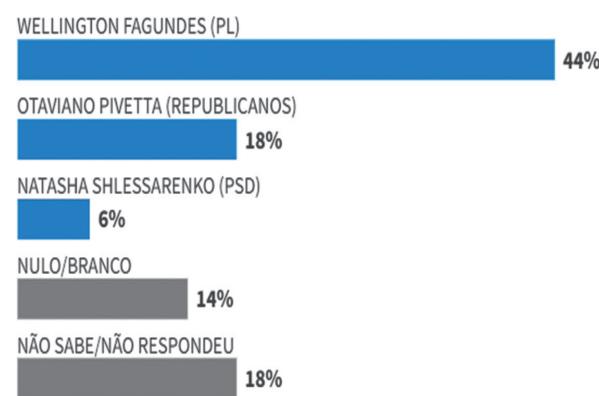
Margem de erro: +/- 3,0 p.p. | Fonte: Instituto Real Time Big Data

CNN
BRASIL



Em um segundo panorama, o senador soma 44%, contra 18% de Pivetta. A médica Natasha Shlessarenko (PSD) tem 6%.

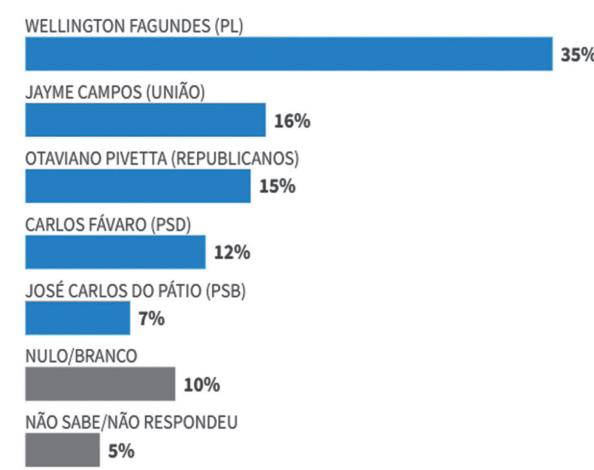
GOVERNADOR - CENÁRIO 2



Margem de erro: +/- 3,0 p.p. | Fonte: Instituto Real Time Big Data

CNN
BRASIL

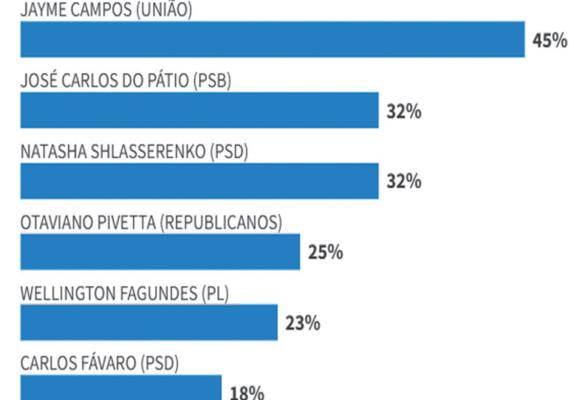
GOVERNADOR - CENÁRIO 3



Margem de erro: +/- 3,0 p.p. | Fonte: Instituto Real Time Big Data

Também foi testada a rejeição dos candidatos, veja:

GOVERNADOR - REJEIÇÃO



Margem de erro: +/- 3,0 p.p. | Fonte: Instituto Real Time Big Data

CNN
BRASIL

SENADO FEDERAL

Mauro Mendes e Janaína Riva lideram disputa ao Senado em MT

CNN Brasil

O governador Mauro Mendes (União) e a deputada estadual Janaína Riva (MDB) lideram os cenários em uma eventual disputa ao Senado por Mato Grosso, segundo pesquisa do instituto Real Time Big Data divulgada nesta sexta-feira (28).

No ano que vem, o Senado renova 2/3 das suas cadeiras, elegendo dois senadores por estado.

No cenário testado, Mendes aparece liderando com 34%. Já a deputada vem na sequência, com 19%.

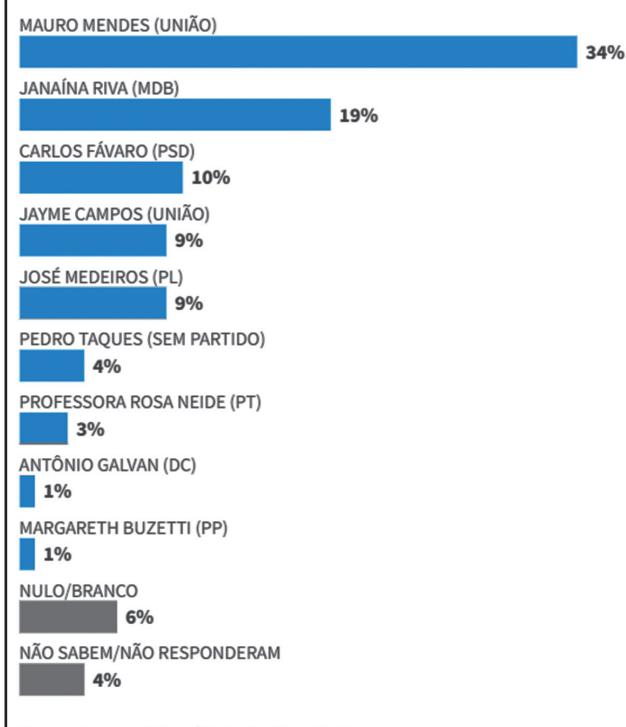
O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD), tem 10%. Jayme Campos (União), que deve buscar a reeleição no Senado, e o deputado federal José Medeiros (PL), empata em 9%.

Na sequência, o ex-governador Pedro Taques (sem partido) tem 4%, seguido pela ex-deputada federal Professora Rosa Neide (PT), que soma 3%. O agricultor Antônio Galvan (DC) e a ex-senadora Margareth Buzetti (PP) empata em 1%.

Foram ouvidas 1.200 pessoas, entre os dias 26 e 27 de novembro. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos.



SENADOR - CENÁRIO 1



Margem de erro: +/- 3,0 p.p. | Fonte: Real Time Big Data

CNN
BRASIL